

GOVERNO ■ MINISTRO DA JUSTIÇA ANUNCIA UMA ESPÉCIE DE "PROVÃO" PARA POLICIAIS

Gregori condena ONGs que orientam indígenas

Unificação das polícias só virá quando houver consenso

BRASÍLIA (AF) - O NOVO MINISTRO DA Justiça, José Gregori, fez uma crítica velada às organizações não-governamentais ao afirmar que é melhor conversar "com índio do que com branco amigo de índio". "O índio não tem posição ideológica, é a posição de quem tem necessidades concretas, não intuídas por um europeu que tem ar condicionado ou (que fica) ao lado da lareira em um país alpino", disse o ministro. Gregori se referia às reivindicações levadas por líderes indígenas ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na semana passada.

Entre outros pontos, eles querem o apoio do governo para aprovar o projeto do Estatuto das Sociedades Indígenas, que tramita há nove anos no Congresso. Apoiados por ONGs, os índios organizaram uma agenda alternativa de protestos, para o próximo dia 22, data das comemorações oficiais dos 500 anos do Brasil.

Gregori tomou posse na última sexta-feira e, entre suas prioridades está a criação de um "observatório das polícias". O órgão teria como função avaliar o desempenho das polícias nos estados. Segundo Gregori, a avaliação teria um "poder inductor de melhoria similar ao do provão - exame utilizado pelo Ministério da Educação para aferir a qualidade das universidades.

Rio de Ja



José Gregori exigirá o controle sobre a PF.

Sobre o projeto de unificação das polícias civil e militar nos estados, Gregori disse que, por enquanto, se limitará à tentativa de criar um comando único. "Antes da unificação, é preciso haver um esforço harmônico para que haja integração. A tal unificação, se tiver de surgir, virá em uma hora em que não seja discussão ideológica, mas consenso. Com fama de conciliador, Gregori quer resolver pelo diá-

logo a disputa no governo pelo controle da repressão ao narcotráfico."

Com fama de conciliador, Gregori investe no diálogo

FHC. "A repressão, nos termos da Constituição, é da Polícia Federal. Não há razão para nenhuma dúvida", afirmou. Há um ano, o Gabinete de Segurança Institucional, comandado por Al-

A opinião do ministro sobre o tema, contudo, bate de frente com o que pensa o general Alberto Cardoso, principal assessor militar de

berto Cardoso, e a Polícia Federal, subordinada ao Ministério da Justiça, vêm se digladiando pelo controle da repressão ao narcotráfico. Na pasta de Cardoso, a avaliação é que a PF está tomada por grupos políticos corporativos, precisa ser reestruturada e está mais preocupada em realizar apreensões que resultem em divulgação para o órgão do que em combater os comandos organizados do crime.

Repressão

Para controlar a repressão ao narcotráfico e coordenar o trabalho de diversos órgãos nessa ação, FHC criou a Senad (Secretaria Nacional Antidrogas), ligada à Presidência e subordinada ao gabinete de Cardoso. A PF não aceita prestar contas a um órgão de inspiração militar e alega que dividir o comando de suas ações prejudica a repressão ao narcotráfico.

Por causa da disputa, os dois últimos ministros da Justiça, que mediram força com o general Cardoso, deixaram o cargo. Na última terça-feira, José Carlos Dias caiu depois de divergência pública com o então titular da Senad, Walter Maierovitch. Pressionado, Maierovitch pediu demissão no dia seguinte. Para José Gregori, é necessário corrigir a redação do decreto que criou a Senad, que acabou gerando uma superposição de tarefas do órgão e da PF.

Em 30 anos, população de indígenas cresceu 250%

Taxa de natalidade chega a ser 10% acima da média nacional

BRASÍLIA - NOS ÚLTIMOS 30 ANOS, a população indígena cresceu em média 250%, passando de 100 mil na década de 70, para aproximadamente 350 mil no fim do ano passado. O censo de 1991 registrava 306.245 índios. Hoje, a taxa de natalidade, segundo estatísticas da Fundação Nacional do Índio (Funai), chega a ser 10% acima da média nacional.

Quando Pedro Álvares Cabral chegou, segundo historiadores, havia pelo menos 5 milhões de índios. Mas 470 anos depois, por pouco os grupos restantes não foram dizimados. Hoje, estudos da Funai mostram que a cada 20 anos a população praticamente dobra.

O motivo principal é que os próprios índios estão voltando a se organizar em sociedade. "Para eles, o que importa é a necessidade do grupo e não de cada um", diz o diretor do departamento de Assuntos Fundiários da Funai, Roque Laraia. Apesar de as autoridades comemorarem o crescimento da população indígena - um fato inédito em todo o mundo - os

problemas existem em grande escala nesta área. Apesar de as 215 etnias reconhecidas no País estarem distribuídas em cerca de 11,54% do território nacional, nem sempre isso é motivo de satisfação.

O índio pode ter terra, mas ainda falta saúde, definição de limites territoriais com os brancos e principalmente o Estatuto do Índio, que definirá uma política diferenciada para cada povo. "Hoje é impossível pensar em índio como um todo", diz o presidente da Funai, Frederico Marés. O estatuto poderá sair ainda este ano, dentro das comemorações dos 500 anos do Descobrimento, uma data que também não é muito simpática para a população indígena.

Em 1999, a Funai fez uma avaliação e constatou que pelo menos 70% das 429 áreas indígenas estavam invadidas pelos brancos, principalmente madeireiros, fazendeiros e posseiros. Os conflitos são provocados, muitas vezes, pela própria burocracia da ad-

ministração pública. A terra indígena Limão Verde, em Mato Grosso, é um exemplo. Demarcada em 1928 pelo extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), está invadida há 30 anos por 26 famílias de brancos. No Rio Javari, os corubo, mais conhecidos por "caceteiros", mataram mais de 200 pessoas desde 1966. Muitos eram seringueiros e madeireiros que entraram nas

O que importa é a necessidade do grupo, não a de cada um

A burocracia da administração é responsável pelos conflitos

O casamento de três jovens índios salva um povo da extinção

terras indígenas, sem saber que eles estavam ali.

Mas um dos problemas mais grave está em Roraima. A demarcação da área Raposa Serra do Sol está sendo disputada por fazendeiros e posseiros e constantemente o clima fica tenso na região. Nos últimos meses, mesmo os pais, que tomaram o partido

dos índios, estão sofrendo discriminação chegaram a ser ameaçados. O governo do Estado afirma que só administra 30% do território. O resto está dividido entre os índios e áreas de reserva florestal.

No final do ano passado, Arucá Juma, um cacique de 100 anos, conseguiu com que seu sonho se tornasse realidade. O velho chefe indígena assistiu suas três netas se casarem com jovens índios uru-eu-uau-uau. Elas eram as únicas mulheres da tribo juma existentes no Brasil e, com isso, manteve as chances de evitar a extinção do grupo indígena, cuja população se resume a cinco pessoas. Poucos dias depois do casamento, Arucá Juma morreu.

As chances do grupo juma não serem extintos eram muito remotas até o ano passado, quando funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) levaram as três índias para Rondônia. Lá elas conheceram seus atuais companheiros, que possuem língua, costumes e adereços semelhantes a elas. A decretação do fim dos juma iria acontecer, já que os únicos remanescentes da tribo são parentes.

As três mulheres - Boreá, de 18 anos; Baitá, de 17 e Mandú, de 16 - também teriam outro destino se não tivessem se unido aos uru-eu-uau-uau. Uma delas engravidou de um pescador, enquanto que outra contraiu doenças no contato com homens brancos. "Hoje elas são mulheres casadas e podem salvar a tribo da extinção", diz Osman Brasil, administrador-adjunto da Funai em Porto Velho (RO).